

CLIO NO ULTRAMAR: elementos da historiografia portuguesa nas narrativas seiscentistas da “guerra holandesa”

Por Kleber Clementino¹
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: O artigo examina como o legado da historiografia portuguesa reverbera nas narrativas sobre a presença holandesa no Atlântico Sul (1630-1654), indicando que, embora as obras devam ser lidas em diálogo com seus contextos históricos específicos, suas concepções de história e certos elementos retóricos que as caracterizam se inspiram em um paradigma historiográfico enraizado na Península Ibérica.

Palavras-chave: “guerra holandesa”, historiografia, retórica.

Abstract:

The article examines how the legacy of Portuguese historiography echoes in the narratives of the Dutch presence in the South Atlantic (1630-1654), indicating that, although these works must be read in dialogue with their specific historical contexts, their ideas about the writing of history and some rhetorical elements that characterize them are inspired in a historiography paradigm with deep roots in Iberia.

Keywords: “Dutch war”, historiography, rhetoric.

Circula no senso comum e lê-se nas páginas de alguns clássicos a concepção de que a colonização portuguesa representou um “fardo” para o Brasil, o qual ainda hoje gememos ao carregar. Teríamos sido, por séculos, governados pelo mais inculto, supersticioso e atrasado dos povos europeus, infenso à expressão artística, adversário da ciência e do livre pensamento, governado por déspotas, sufocado pela superstição religiosa e pela vigilância inquisitorial, uma nação que teria dado as costas à modernidade, amarrada às cadeias da tradição e do passado. A abordagem lusófila de Gilberto Freyre, por muito que a saudassem em ambos os lados do Atlântico², não parece ter gerado, sobretudo entre historiadores, mui prolífera descendência, antes prosperando, ao menos em certa tradição intelectual, a ideia da incompetência e do irracionalismo do Estado lusitano.

Calcados nessa forma de olhar, os “intérpretes do Brasil” faziam compreensíveis os “desvios” e mazelas que flagravam, revivendo no século XX a *historia magistra vitae*: escondia-se naqueles primeiros séculos coloniais o porquê de andarmos empobrecidos, vergonhosamente analfabetos, com os dois pés fincados num mundo rural arcaico, copistas deslumbrados de modelos culturais estrangeiros – tudo, aliás, em gritante contraste com a pujança dos Estados Unidos. Equivocavam-se as explicações racistas, ao supor na

miscigenação a fonte dos nossos males: o problema emanava alhures, dos característicos e das escolhas históricas do nosso avô português. O “sentido da colonização” de Caio Prado Jr.³ mais que uma hipótese acadêmica, era uma resposta poderosa e longamente aguardada, como que a decifração de um enigma. Houvera, porém, precursores nesta senda: décadas antes, em 1905, Manuel Bomfim publicava *América Latina: males de origem*, verdadeira diatribe antiibérica, na qual atribuía ao colonizador – português, espanhol – o veneno responsável pela letargia que prostrava o continente⁴. A imagem de um legado colonial retardatário e vicioso recebeu notável reforço na análise psicossocial contida no *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, de Paulo Prado, publicado em 1928⁵. Comparado à industriosa e enérgica civilização anglo-saxã, acusava Prado, Portugal seria uma nação de fadistas românticos, nostálgicos sem fibra, com as costas voltadas para o mundo moderno, desde sempre governado por corte antiquada, desmazelada e que, diante da tarefa colonizadora, remetera para a América a seleção dos seus piores elementos. É possível que estes escritos dialogassem, direta ou indiretamente, com a renovação cultural promovida cem anos antes por intelectuais como Alexandre Herculano e Almeida Garrett, e com as acerbas críticas disparadas na segunda metade do Novecentos por jovens artistas como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Antero de Quental às instituições e costumes portugueses, à “beatice” e “pasmaceira” que flagravam na paisagem política e cultural de seus dias⁶.

Importa notar, contudo, que esta chave interpretativa vem desde algum tempo sendo mais e mais abandonada, seja por parte dos que, com dois séculos passados da ruptura de 1822, se recusam a responsabilizar Portugal pelos problemas da organização social e da cultura política brasileira, seja por parte de uma nova historiografia da governança lusa, que nos convida a discutir o significado do que tradicionalmente denominamos “coroa portuguesa” e a extensão efetiva dos seus poderes, bem como dos seus conselhos e tribunais, no reino e no ultramar. Enxergam-se agora no Antigo Regime práticas político-administrativas pouco centralizadas e nada absolutas, antes disseminadas por uma malha institucional “polissinodal”, ao longo de cuja extensão a periferia imperial também se empodera, negocia, desobedece – governa, enfim. Não mais os portugueses da Península, a sugar dos trópicos as riquezas, mas uma elite local, aplicada à tarefa de enriquecer e fazer-se ouvir. Novas leituras que, deixando de lado as “tristezas” de que se queixava Paulo Prado, tampouco se seduzem pelo otimismo freyreano⁷. Numa outra vertente, pesquisas em história social e em história das ideias têm desde muito se aplicado a examinar o universo intelectual português, no aquém e no além-mar, e os resultados a que chegam têm contestado sua

presumida esterilidade. Tanto para o século XVIII quanto para os anteriores se leem sólidos trabalhos, a indicar que não apenas Lisboa e Coimbra mantinham-se em diálogo com o que se pensava e produzia no além-Pireneus, mas que o próprio Portugal era um território em que havia espaço para o debate e a criação cultural, nos domínios das letras e das ciências⁸.

Partícipe desse meio e igualmente a merecer mais detida atenção dos pesquisadores é a historiografia ibérica. Nesta seara, indiscutivelmente, a Península e mais tarde seu império ultramarino serão objeto recorrente de tematização, seja por parte de homens de letras, seja por parte de testemunhas dos eventos – às vezes as duas qualidades se reunindo numa única pessoa. Trata-se, em verdade, de bem longeva tradição, datando daqueles primeiros séculos em que as fronteiras, movediças ainda, iam e vinham, precedendo mesmo à consolidação moderna dos idiomas da região. As mais antigas notícias de uma escrita histórica datam do período da monarquia artur-leonesa e, já no século IX, castelhana; conhecem-se também anais portugalenses que remontam ao período 987-1070, herdeiros de práticas narrativas que por sua vez recuam à Alta Idade Média e às compilações do bispo Isidoro de Sevilha⁹.

Será, todavia, na passagem do século XIII para o XIV, nas cortes castelhana e portuguesa, que se consolidará a redação de uma historiografia peninsular, dedicada a tematizar e celebrar as ações heroicas dos monarcas e da nobreza ibérica. “Quando em França encontramos apenas narrativas pessoais do tipo memorialista, já aqui se empreende a composição de uma *Crônica Geral de Espanha*, ampla história peninsular”. Integra, inicialmente sob a supervisão do rei castelhano Afonso X (1252-1284), depois dos monarcas portugueses, os apontamentos históricos e geográficos legados pela cultura latinae, em menor proporção, árabe, constituindo esta literatura afonsina e a que dela derivou, em seu conjunto, aquilo que os estudiosos denominam de “surto da historiografia peninsular”, “brilhante foco de cultura cuja irradiação certamente não se limitou a Castela¹⁰”. Estes textos fundariam uma sólida tradição de escrita histórica, acrescentando-se e transformando-se no transcurso dos séculos, sempre em diálogo com as conjunturas de cada época em que emergiram¹¹, registrando os sucessos políticos, as mudanças na organização social e a avalanche das novas experiências e ideias que deles resultariam. Tal tradição, a partir de seus temas, das versões que preservaram dos episódios e também mediante suas táticas retóricas e recursos narrativos, influenciaria a escrita da história de Portugal ainda no século XVII e, nesse bojo, as narrativas da passagem batava pelo Brasil, produzidas entre 1644 e 1679.

O propósito deste artigo é, precisamente, detectar algumas das permanências e ressonâncias daquela tradição cronística nas “histórias” seiscentistas da presença neerlandesa,

sobretudo no tocante a alguns elementos retóricos característico daquelas composições. Elas não brotam do vazio: enraízam-se, ao contrário, numa cultura narrativa antiquíssima, desde séculos consolidada em Portugal. Não é o caso, no entanto, de propor um mapeamento de fontes nem de retrazar a trajetória formativa de cada um daqueles autores, pois, para a maioria dos textos que tematizam as “guerras holandesas”, não são abundantes as evidências que permitam atar esses fios e determinar quão familiarizados estavam, por exemplo, Duarte de Albuquerque Coelho, frei Manuel Calado ou Diogo Lopes Santiago com as crônicas de Fernão Lopes, Rui de Pina ou João de Barros. Em alguns casos, como na *História da Guerra de Pernambuco*, isso é possível¹². De qualquer forma, as primeiras décadas de Seiscentos foram pródigas na reedição das velhas crônicas, facilitando seu acesso: as *Décadas da Ásia* saíram reimpressas em Lisboa, em 1628; Gomes Eanes de Zurara e Fernão Lopes tiveram suas primeiras edições em 1644. Não seria inalcançável consultá-los nos princípios da dinastia de Bragança. Para além dessas especulações, todavia, discute-se aqui a existência de um paradigma de escrita histórica já multissecular no século XVII, a franquear aos novos prosadores um repertório de fórmulas retóricas e modelos narrativos bastante úteis frente ao desafio de deitar ao papel experiências tão extraordinárias. As diversas obras que se aplicaram a “contar as guerras holandesas”, apesar de fazerem-no inseridas no redemoinho das disputas políticas específicas do Atlântico sul pós-Restauração, dialogam com esse passado e seus modelos, inspiram-se e inscrevem-se nele, e o continuam.

“Por em crônica”: a legitimidade da transcrição

Examine-se o conjunto das narrativas lusas da presença neerlandesa no Atlântico Sul, principalmente daquelas que descrevem sua passagem pelas capitanias ao norte do Rio São Francisco (1630-1654), e constatar-se-á, desde logo, que não apenas versam, quase todas, sobre episódios análogos, mas também, em sua redação, transcrevem-se, parafraseiam-se, compilam em seu corpo escritos de pena alheia. Proliferam os exemplos. Frei Manuel Calado do Salvador, ao publicar *O valeroso Lucideno*, em 1648, ofereceu relato de primeira mão não só das batalhas em que lutou, “entre o estrondo das armas sanguinosas (...), entre render e defender trincheiras”, como também de sua estadia no Recife flamengo, de seus íntimos banquetes à mesa de Maurício de Nassau e das conversações à sombra de seu jardim. Não deixou, contudo, de consignar ao seu “tratado”, como o denomina, escritos produzidos na

própria campanha, sendo um dos mais notáveis a *Breve, verdadeira e autêntica relação*, de autoria do capitão Lopo Curado, dando conta a André Vidal de Negreiros e a João Fernandes Vieira das atrocidades cometidas pelos neerlandeses e seus aliados indígenas nas partes do Rio Grande¹³. Calado reconhece a autoria a Curado, admitindo seu desejo de “inxiri-la” no corpo de sua narrativa, para dar viva mostra dos horrores daquele episódio.

Nem sempre, porém, verifica-se tão diligente declaração de paternidade. A *História da Guerra de Pernambuco*, atribuída ao mestre de gramática Diogo Lopes Santiago, transcreve largamente Calado, aliás com tanta recorrência que, avalia um estudioso, “o plágio de *O valeroso Lucideno* abrange (...), em percentagem, cerca de 40 a 45% do total de páginas da *História*”. A circunstância de ter sido Santiago testemunha de muitos dos acontecimentos que, em lugar de contar com as próprias palavras, copia, pareceu igualmente impressionar o professor José Antônio Gonsalves de Mello, levando-o a observar que, embora as transcrições nem sempre se reduzam a “cópias servis”, aparecendo também paráfrases, retificações, alterando ou amputando passagens, o “plágio”, avalia, foi “impudente¹⁴”. Mais severa sentença, por sua vez, mereceu o beneditino Rafael de Jesus, por seu *Castrioto Lusitano*, publicado em Lisboa em 1679. Depois de enumerar as obras “plagiadas” pelo frade em sua redação – cabendo a primazia justamente à *História* de Santiago – Mello propõe o abandono do texto, “não só por ser preferível ir diretamente às fontes (todas ao nosso alcance), como também para evitar as suas incorreções¹⁵”. Da lavra do autor, “apenas a redação e os conceitos literários”, o que bastaria a invalidar o livro: “conhecidas suas fontes, o *Castrioto Lusitano* perde completamente a sua importância, pois, de novo, só apresenta os erros com que transcreveu algumas das informações nelas obtidas”, conclusão que, ao mesmo tempo, realça o valor das obras “originais”, frutos do testemunho ocular ou da investigação rigorosa¹⁶.

Por muito persuasivos e bem ponderados que se mostremos apontamentos mencionados, convém ressaltar, no entanto, um aspecto importante: Diogo Lopes Santiago e Rafael de Jesus não cometem plágio. Não existia “plágio” no 1679 ibérico: o conceito apresentaria seus primeiros registros apenas na literatura do século seguinte¹⁷. A prática de compilação e transcrição de escritos alheios remonta às origens da escrita histórica: Tito Lívio, para nos atermos a apenas um exemplo emblemático, foi mais de uma vez criticado por ignorar a documentação conservada nos arquivos do Senado Romano e inscrita na pedra dos monumentos, tão facilmente acessíveis a ele, preferindo a consulta a velhas crônicas, hoje perdidas, recolhendo delas as versões dos fatos que lhe convinham. Crítica anacrônica, aliás, por perder de vista o propósito ciceroniano, pedagógico e patriótico, que lhe pusera a pena na

mão¹⁸. Como vimos, a historiografia medieval portuguesa respira esses fumos latinos e agasalhará, desde seus primórdios, a noção da escrita histórica enquanto um gênero retórico destinado a engrandecer, perante a qual o compromisso com a exposição exaustiva dos episódios, na forma de “anais”, se via diminuído. A *veritas* naturalmente conserva seu valor, o qual os historiadores jamais abandonarão, mas é menos importante e menos urgente que os *exempla*. É partindo desta concepção que se faz legítimo o traslado de trechos, prática ainda viva na escrita do Seiscentos.

O trabalho historiográfico consistia em coletar o material existente e compilá-lo, vertendo-o em texto que ordenasse e revestisse de grandeza o tema: se predecessores já o haviam realizado com maestria, importava às novas gerações a perpetuação de suas obras, não o contraste. Como esclarece Evaldo Cabral de Mello, “histórias” como a *Nova Lusitânia ou história da guerra brasílica*, de Brito Freyre, publicada em Lisboa em 1675, ou o *Castrioto Lusitano* mereciam esta denominação por serem consideradas “obras acabadas, a que, supunha-se, nada haveria a acrescentar¹⁹”. Saraiva e Lopes, ao examinarem a obra de Fernão Lopes, cronista-mor do reino na primeira metade do século XV, enaltecendo as pesquisas arquivísticas originais a que se entregara na Torre do Tombo, anotam, não obstante, que ele copiou “capítulos quase inteiros” da *Crônica do Condestabre de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, não vendo os autores cabimento, entretanto, em

Pensar-se que ele fosse um plagiário, no sentido infamante que a palavra tem em nossos dias. Um cronista medieval (...) era um compilador que ordenava cronologicamente (“punha em crônica”) as narrativas, memórias ou histórias já feitas, sem que na maior parte dos casos pretendesse criticar, sequer, os textos.

Além da *Crônica do Condestabre*, Lopes “aproveita, entre outras, as obras do castelhano Pero Lopez de Ayala”, complementando-a com suas próprias investigações nos arquivos a ele franqueados. Rui de Pina, terceiro cronista do reino, falecido em 1522, procederia com método análogo, “pondo em crônica” as histórias dos reis portugueses redigidas antes dele. Menos inclinado que Lopes, no entanto, à desconformidade dos arquivos, sua escrita limitar-se-ia à reformulação do estilo literário de antanho, que atualiza. Já Duarte Galvão, cronista no reinado de D. Manuel o Venturoso, transcreveria por sua vez as narrativas de Fernão Lopes, “amputando-as e acrescentando capítulos de sua lavra em sua crônica de D. Afonso Henriques²⁰”. No século XVI, Garcia Resende, ao escrever sua *Crônica de El Rei D. João II*, decalca o trabalho de Pina sobre aquele monarca, entremeando-o com episódios pitorescos e dramáticos, para deleite do seu leitor quinhentista. E, tão tarde quanto na década

de 1680, Rafael de Jesus, na redação da sétima parte da *Monarchia Lusitana*, declara seu desinteresse pelo garimpo documental dos “tabeliães” e baseia-se nos escritos do próprio Rui de Pina para compor²¹. Atitude, ademais, idêntica à que adotaria com o *Castrioto Lusitano*.

Temos, portanto, que os exemplos de “cópia servil” ou reformulação em paráfrase, fácil e repetidamente encontráveis nas crônicas da presença holandesa, obedecem, em verdade, a método intrínseco ao trabalho do historiador do Medievo e da Modernidade, como então era compreendido. Mesmo as ocorrências de “transcrição amputada” – cujas mutilações, como no caso das efetuadas por Santiago a partir do texto de *O valeroso Lucideno*, costumam atender a conjunturas políticas específicas, apagando passagens, caracterizações, difamações e até milagres julgados inconvenientes ou de validade duvidosa²² – mesmo esses casos acham numeroso precedente na tradição historiográfica portuguesa. A proposta de arremessar às chamas o *Castrioto Lusitano*, por ser pródigo nestas práticas e pertencerem ao autor “apenas a redação e os conceitos literários”, além de ignorar que os textos das “guerras holandesas” empenham-se em construir versões daqueles feitos e episódios, o que revalida a importância de estudá-los e compará-los, desconsidera que Rafael de Jesus procedia de modo perfeitamente integrado ao cânone do fazer historiográfico de então. Teria de ser, pois, enorme a fogueira. É apenas à luz desse pano de fundo intelectual que a intertextualidade daqueles escritos poderá ser apreciada.

Narrar, enaltecer

A tradição da escrita histórica ibérica reverbera naquelas narrativas das invasões holandesas ainda em outros aspectos, sendo pertinente falar-se, para o conjunto delas, em filiação. Não será, portanto, o caso de as denominarmos “crônicas luso-brasileiras”, como fizeram alguns historiadores, porque o que temos diante de nós são manifestações genuínas daquelas “formas de narrar” desenvolvidas na península havia pelo menos trezentos anos, constantemente transformadas e enriquecidas no percurso dos séculos seguintes, porém, ao mesmo tempo, preservando muito dos elementos originários. São, ao cabo, “narrativas portuguesas”, manifestos de um legado cultural comum, peninsular, da mesma maneira como eram portugueses – e não “luso-brasileiros”, como pretendeu certo sentimento nativista – os homens e mulheres d’aquém e d’além-mar em 1650, quando ser “brasileiro” em nada coincidia com o cunho que o vocábulo assumirá nos séculos XIX e XX.

Flagramos este legado e seu trânsito pelo Atlântico quando deparamos o tom encomiástico que anima a maior parte das obras. As *Memórias diárias de la guerra del Brasil*, do quarto donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, concluídas em 1644 e publicadas em Madri em 1654, dão conta dos nove primeiros anos da luta (1630-1638), mediante minuciosa abordagem cronológica, e aplicam-se à defesa do irmão do autor, o general Matias de Albuquerque²³. Matias fora incumbido por Felipe IV de ir a Pernambuco comandar a resistência ainda em 1629, quando das primeiras notícias do iminente ataque neerlandês, permanecendo até 1636, quando é substituído. Os Albuquerque seriam mais tarde asperamente criticados em Castela pela perda da terra e pelas derrotas sofridas por suas forças, o general terminando na prisão em função das intrigas. Depois de dezembro de 1640, ao contrário de seu irmão Duarte, Matias não só jurou lealdade ao monarca de Bragança como, à frente de tropas portuguesas, infligiu importantes derrotas aos espanhóis, multiplicando com isso os ataques e antagonismos. As *Memórias*, então, apressam-se a fazer o panegírico da liderança de Matias e a reiterar sua fidelidade, listando e detalhando as muitas dificuldades que enfrentou, a desproporção sempre gritante dos seus contingentes perante os inimigos, as carências de toda sorte, as fomes e doenças. As palavras iniciais do autor, reiteradas *ad nauseam* ao longo do texto, são reveladoras dos muitos ataques desferidos à família donatarial, contra os quais Coelho se levantava:

I tambien puedo dezir, que uno de los motivos que me obligaron a esta escritura fue, el oír los juizios que algunos hizieron desta guerra, tan vacios de verdad, i tan llenos de passion, que sin esta, i con essotra, tuve por mui necessario el presentarlos a los que no aviendo servido allà desearan saber el como hizieron los que se hallaran al obrar. Finalmente, a los que con malicia, ò ignorancia, calumniaron lo que alli se trabajò, no daremos satisfacion alguna, por ser incapazes della²⁴.

Esforço análogo percebe-se nas obras que se dedicam o elogio do comando de João Fernandes Vieira: *O valeroso Lucideno*, a *História da Guerra de Pernambuco* e o *Castrioto Lusitano*. A promessa que dão de si mesmas é sempre a da sinceridade, da isenção, muito embora o desenvolvimento redunde em indisfarçável encômio do senhor de engenho madeirense e de seu protagonismo na “guerra da liberdade divina”. Diogo Lopes Santiago, por exemplo, ao abrir sua obra, depois de discorrer sobre a “frágil memória dos homens” e do perigo de que o tempo adultere os fatos que “andam por boca de muitos, que uns diminuem e outros acrescentam”, celebra a grandeza do assunto a que se lança nesses termos:

E uma das mais heroicas ações que se tem visto é a que nestes tempos sucedeu na quarta parte do mundo, América, na província do Brasil, capitanias de Pernambuco, foi a que originou e executou com admirável prudência, constância, valor e fortaleza o insigne varão d'eterna memória João Fernandes Vieira, o primeiro aclamador das guerras de Pernambuco²⁵.

E sua narrativa, com efeito, revela nele o cérebro por detrás da conspiração, o braço forte na condução da luta, a autoridade a que obedece o povo, a perícia que triunfa em Tabocas e nos Guararapes. Como, porém, conciliar um propósito anunciado de “sinceridade” com tantaslouvaminhas? Ora, poucas coisas, aos nossos olhos modernos, distanciam-se mais da isenção do que o panegírico. Gonsalves de Mello, na biografia que escreveu de Fernandes Vieira, faz muitas ressalvas à parcialidade dos relatos seiscentistas, propondo que aqueles mencionados linhas acima se redigiram à custa da bolsa do madeirense, o qual, “não confiando no juízo da história, (...) encomendou em vida que lhe narrassem os feitos”. Seus autores, em virtude das pagas recebidas, teriam incorrido em exageros e falsificações inescrupulosas. Santiago, por exemplo, “narra os acontecimentos do ponto de vista da apologia do seu herói (o mesmo faz, com a falta de escrúpulo e exageros de estipendiado, o padre frei Rafael de Jesus, no *Castrioto Lusitano*)²⁶”. Temos, pois, a convivência no interior de uma mesma narrativa de princípios aparentemente contraditórios. Como compreendê-lo?

De início, convém recordar a tradição que, sem associar o conhecimento histórico com o fictício ou o poético, consigna-o ao domínio da retórica, propondo não a revogação do compromisso com a verdade, mas sim, segundo Cícero, uma conciliação entre a sinceridade, o deleite e o exemplo. “O historiador deve ornamentar o texto, valendo-se de todos os recursos retóricos à disposição. Empenhando-se em embelezar o discurso, o historiador deve ser um dos ‘que ornamentam os fatos’²⁷”. “Ornamentar” não equivalia a “falsear”, mas a repudiar o modelo dos “anais”, cronológico e soporiferamente minucioso, introduzindo na escrita o colorido, o emocionante, de maneira que o público, cativando-se, aprendesse. A obra de história, na concepção ciceroniana, se materializa ao mesmo tempo como um exercício investigativo zeloso: *testis temporum, lux veritatis* e como um enunciado pedagógico: *magistra vitae*. Eis uma tensão ou oscilação que subsiste nos epígonos de Cícero, os quais elaborarão diversas soluções de compromisso na tarefa de apaziguar em suas obras os princípios – enumerados no tratado *De oratore* – de “nada dizer de falso” e de “ousar dizer tudo o que é verdade” com o “fio moral da formação do homem”, que conduzia ao enaltecimento dos “grandes personagens” e suas ações, admitidos como paradigmas de conduta²⁸. Tito Lívio redigirá sua *História de Roma* consoante esta tensão. Já em seu prefácio

alude aos muitos livros existentes sobre o assunto, concluindo, contudo, pela necessidade de que ele mesmo examinasse, com seus próprios recursos, *rerum gestarum memoriae*, a memória dos feitos, frutos *principis terrarum populi*, isto é, do maior povo da terra – frase que engloba seu comprometimento tanto com o rigor quanto com o elogio. “O que é, sobretudo, salutar e produtivo no conhecimento dos fatos”, conclui Lívio, “é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos presentes em tão célebre tradição”, dentro do propósito de “aprender o que imitar” e evitar “o que é vergonhoso”. Debruça-se, assim, sobre as ações dos próceres da história romana, louvando-os; isso sem ocupar-se, todavia, apesar da promessa de rigor, de uma judiciosa investigação documental, antes se nutrindo nas crônicas precedentes, selecionando-as consoante seus propósitos patrióticos. Em Lívio, como em outros autores, a tensão se resolve pela primazia do *retor*; ele, porém, jamais admite compor uma obra apenas para o gozo retórico e encerra o prefácio distanciando-se dos escritos poéticos que se dirigem aos deuses em busca de bons presságios²⁹. Tácito, décadas depois, seguirá suas pegadas, bem como Jean Froissart, doze séculos mais tarde³⁰.

E João de Barros, no século XVI. Já antes dele, no XV, Gomes Eanes de Zurara, o segundo cronista-mor do reino, enaltecera os feitos dos monarcas portugueses, descrevendo com grandiloquência o reinado de D. João I, a tomada de Ceuta e os primeiros avanços sobre a costa ocidental da África, dando “o máximo relevo aos feitos cavaleirescos individuais³¹”; não foi, porém, gratuitamente que, diante dos diversos volumes do seu *Da Ásia*, apelidaram a Barros o “Tito Lívio português”. “A intenção declarada desta obra”, comentam Lopes & Saraiva, “é erguer um monumento aos feitos portugueses no Oriente, no estilo que Tito Lívio levantou à grandeza de Roma”. Ecoa a concepção de história segundo a qual importa menos a exposição integral dos acontecimentos e mais a composição elegante que, deleitando, educa.

Segundo ele [Barros], o amor da verdade não deve ir até o ponto de denunciar os vícios e as fraquezas dos heróis; e aponta com aplauso o exemplo de um pintor que, tendo de retratar um príncipe cego de um olho, o colocou em posição tal que só o olho são ficaria visível: assim deixa o leitor prevenido de que a outra metade do rosto, nesse grande retrato coletivo que é a *Ásia*, está deliberadamente ocultada³².

Enaltecer, não mentir: lógica que permite a Barros omitir passagens menos gloriosas do avanço português sobre a Ásia, as pilhagens, a pirataria, arengas entre os governadores, porque não harmonizavam com seu propósito de, pela pintura dos exemplos, conduzir os homens a justa e perfeita vida. Como diz ele mesmo, em palavras cristalinas,

A primeira, e mais principal parte da Historia he a verdade dela; e porém em algumas cousas não ha de ser tanta, que se diga por ella o dito da muita justiça, que fica em crueldade, principalmente nas cousas, que tratam da infamia de alguém, ainda que verdade sejam³³.

A uma história escrita em desordem, a precipitar sobre o leitor uma avalanche de ditos e feitos desimportantes, ou que se delicia na descrição de erros e deformidades, diz Barros preferir a fábula, por causa da utilidade e do ensino que propicia. Entra, na sequência, a louvar os autores que se esquivaram de dizer infâmias e a censurar aqueles que em seus escritos perpetuaram más obras e difamações, como Antônio de Nebrija registrando “abominações” dos personagens de que desgostava, e Suetônio, que “infamou as almas dos defuntos, de quem os elle escreve”. Tais escritos, apontando vícios em quem se presumia nobreza, ainda que não caluniassem, prestavam desserviço: “como evitara hum homem o impeto de má inclinação, quanto Suetonio lhe põe o exemplo de muitos em Principes illustres, como foram os Emperadores”, pergunta Barros, acrescentando que “nunca alguém escreveo estas abominações, e abusos, que ante meu juizo não tenha por culpado nelles”³⁴. A obra, idealmente, deveria equilibrar honestidade e grandeza, numa química de delicada dosagem, já que o próprio autor parece oscilar à medida que avança. Joaquim Serrão observa que, enquanto no prólogo da *Década Primeira* Barros defende o preceito do rigor investigativo e da imparcialidade na ereção de seu “edifício”, no da *Década Terceira* abraça sem pejo a vertente da história retórica e ética. Houve quem acusasse o caráter contraditório e “pouco inteiriço” destas proposições, sem atentar a que a promessa dos prólogos nem sempre é a substância dos capítulos. E o professor Serrão, contextualizando as *Décadas* em seu conjunto, ajuda-nos a vislumbrá-las nos termos em que vieram a público:

O ambiente eufórico da expansão, ainda vivo nos meados do século XVI, não era de molde ao aparecimento de uma historiografia serena e de fundo objetivo. O autor pôs certamente de lado muitos textos para aceitar os testemunhos orais e a quente exaltação dos sucessos. Num tal clima, como exigir para a sua história a devida serenidade e a busca atenta da exatidão dos fatos? Quem vive uma epopeia tem forçosamente de a exaltar nos seus aspectos grandiosos, mormente se toda a nação comungava da hora alta que os portugueses viviam³⁵.

Encontraremos muito do legado desta abordagem na historiografia seiscentista dos frades da ordem cisterciense de Alcobaca. Na redação coletiva da *Monarchia Lusitana*, que atravessa todo o século XVII, os autores apresentaram distintas concepções do fazer historiográfico, ora avizinhandose da tradição ciceroniana, ora renegando-a. Frei Bernardo de Brito, autor das duas primeiras partes da obra, nomeado cronista-mor em 1614, aduz em seu

prólogo que a história é a “alma da virtude” e, do mesmo modo que um corpo não se anima nem perpetua sem sua alma, “as façanhas, & obras vallerosas, se entregão ao sepulchro do esquecimento, faltando a historia, q como alma sua as possa eternizar³⁶”. Associa as origens da nacionalidade lusitana à descendência pós-diluviana de Noé e a fundação das cidades portuguesas à obra de heróis como Ulisses. “O cisterciense”, escreve Serrão, “concede foro de autênticas a versões lendárias” e, embora arguisse caber ao historiador somente buscar a exatidão dos fatos, é reconhecido hoje como “falsificador de textos que (...) inundam as páginas da sua obra³⁷”. Já seu continuador em Cister, frei Antônio Brandão, afasta-se das premissas de Brito e reflete sobre os limites da abordagem historiográfica, pois que, na narrativa de episódios muito recuados no tempo, “a mesma antiguidade faz dificultosa a averiguação, & certeza” e, querendo alguém fazer a história do tempo presente, “se pode temer que a affeição, & outras paixões a não deixem tão pura”, talvez no colorir a aparência das ações, “quando lhe não altere a sustancia³⁸”. Ainda que revista seu escrito de um caráter providencialista, admitindo, por exemplo, o milagre de Ourique e outros – providencialismo que, aliás, terá presença marcante nas narrativas da “guerra holandesa” – Brandão adota não raro uma postura crítica perante os documentos, descrevendo suas andanças pelos arquivos, negando a validade de manuscritos que julga falsificações, prometendo que “se veraõ nesta Obra muitas cousas averiguadas, que atégora andávaõ incertas” e reproduzindo o dito de São Jerônimo, de que “melhor parecião verdades toscas que mentiras elegantes³⁹”.

Brandão, portanto, indica que a predominância da tradição liviana voltava a ser alvo de críticas no meado do século XVII, e que a historiografia portuguesa era, em seus caminhos, objetos de dissensões. A vereda apontada por ele é retomado por seu sobrinho e continuador em Alcobaça, frei Francisco Brandão, responsável pela quinta e sexta partes da *Monarchia Lusitana*, e por um dos maiores nomes das letras portuguesas seiscentistas, D. Francisco Manuel de Melo, autor da *Historia de los movimientos y separacion de Cataluña*, sobre o levante contra Felipe IV, em 1640, e das *Epanaphoras de varia historia portugueza*, divididas em cinco partes, versando sobre temas remotos, como a ocupação da Madeira, e contemporâneos, como as “Alterações de Évora”, de 1637, e as lutas contra os holandeses. Melo, em seus escritos, dá novo alento à defesa tucidideana de uma “história do tempo presente⁴⁰”, contando acontecimentos que testemunhara e procedendo a cuidadosa crítica de fontes. Nele parecem conviver, em curiosa simbiose, a tradição ciceroniana e uma criteriosa analítica documental, pois, se foi capaz de provocar seu leitor com linhas como estas: “si buscas la verdad, yo te convido á que leas, sino mas del deleite y policia, cierra el libro,

satisfeito de que tan á tiempo te desengañe. Ni el arte, ni la lisonja han sido parciales á mi escritura”, oriundas de seu relato das lutas da Catalunha, defendeu ao mesmo tempo que a história deve prestar culto aos grandes homens, como fez na *Epanaphora Tragica*, na qual “o objectivo do autor foi exaltar o talento pessoal e as virtudes militares de D. Manuel de Menezes⁴¹”. Convém, finalmente, recordar que, apesar das criticas dos frades de Cister e de D. Francisco, a concepção de escrita história como *retor* esteve longe de desaparecer no Portugal de Seiscentos, reforçando-se, por exemplo, na *Vida de D. João de Castro*, de Jacinto Freire de Andrade, e nos textos do segundo e do terceiro condes de Ericeira. Na *História de Portugal Restaurado* (1679), deste último, encontramos uma tensão semelhante àquela da obra de Melo: ao lado do discurso legitimador da Casa de Bragança, as influências de uma revalorização da “erudição”, da diplomática e do trabalho de consulta direta a fontes primárias – “testemunho de um compromisso instável entre a apologia e a documentação⁴²”.

Desta forma, a promessa de uma “exposição verdadeira” com que se prefaciam as narrativas portuguesas da passagem flamenga pelo Atlântico sul, ladeada pela apologia de certos personagens elevados à categoria de heróis e modelos – não apenas Matias de Albuquerque e João Fernandes Vieira, mas também Felipe Camarão, André Vidal de Negreiros, Antonio Dias Cardoso, Francisco Rebelo e Henrique Dias, entre tantos outros – filia-se a uma tradição historiográfica longeva e de raízes bem fincadas na península. Convém refrearmos certo ímpeto de enxergar “distorções” nessa associação entre história e elogio, admitindo, mais uma vez, tratar-se de abordagem pertinente segundo os cânones então em voga. O próprio traço difamatório que largamente se divisa naquelas obras, recaindo sobre personagens como o Conde de Bagnuolo ou Gaspar Dias Ferreira, ao mesmo tempo em que se explica pelas disputas das facções políticas adversárias envolvidas nos conflitos daqueles anos, deriva igualmente da lógica dos *exempla* (no caso, daqueles que ensinam negativamente, quanto ao que não imitar, por ser vergonhoso). Embora repudiada em seus perigos por João de Barros, que tinha por bem vindos apenas os episódios admiráveis e nobilitantes, a retórica difamante nem era estranha aos mais antigos escritos associados a esta concepção de história – vide as obras de Salústio, que precedem as de Tito Lívio – nem o era a cronistas ibéricos dos séculos XV, XVI e mesmo do XVII.

Reflexões conclusivas

O contexto de euforia em que redigia João de Barros, embora talvez não tão generalizável e “nacional” quanto o quer Serrão, constitui bom exemplo da necessidade do entendimento das conjunturas específicas em que se originam cada um desses escritos. Por mais que sacassem de um fundo comum de fórmulas retóricas, como se procurou demonstrar aqui, aquelas obras são também produzidas “a quente”, como diz o professor, isto é, são políticas, imiscuindo-se em querelas circunstanciais de poder em que militam seus autores e patronos. Barros não está só: Zurara viveu a conquista de Ceuta e os primeiros movimentos do périplo africano e, para historiá-los, não escolheu outro estilo senão a grandiloquência liviana; Fernão Lopes faria reverberar em sua *Crônica de D. João I* os mesmos conflitos e lutas presenciadas no Portugal da década de 1440, entre os partidos de Afonso V e do infante D. Pedro, as quais culminariam na Batalha de Alfarrobeira⁴³. No século XVII, Francisco Manuel de Melo e Rafael de Jesus construía narrativas que buscavam legitimar a Casa de Bragança. Mostram-nos esses prosadores quão importante é o conhecer os momentos históricos específicos em que emergiram seus trabalhos: o próprio período aqui sob estudo (1630-1679) não engloba uma só conjuntura, mas muitas, e uma obra concluída em 1644, como as *Memórias Diárias de la guerra del Brasil*, pertence a um cenário distinto da *Nova Lusitânia*, vinda a lume em 1675. O próprio Fernandes Vieira terá tido motivações desiguais para, como se supõe, promover a publicação de *O valeroso Lucideno*, em 1648, e a do *Castrioto Lusitano*, em 1679, 25 anos depois do cessar fogo, quando era um rico e talvez frustrado septuagenário, quando Holanda e Espanha eram já nações amigas de Portugal, Roma desde muito abençoava a dinastia de Bragança e a inoculação nativista espalhava-se em Pernambuco.

São obras, então, que tanto revelam sobre as circunstâncias em que foram escritas, quanto sobre as tradições intelectuais em que se espelham e socorrem, na difícil tarefa de deitar em papel eventos tão extraordinários. Convém, por isso, advertir que não se exauem apenas nestes aspectos abordados no artigo os indícios desse legado da historiografia ibérica nas narrativas da “guerra holandesa”. Há outros, e não poucos.

Tal legado perpassa as obras, fecunda-as ao nível do detalhe, inspira os autores em inesperados quesitos. O tema da guerra, por exemplo, sendo tão recorrente nas narrativas ao ponto de lhe caber o nome de “clássico”, está por merecer estudo próprio, bem como o providencialismo a que rapidamente aludi. Aquele mesmo caráter apologético delas, a que já nos referimos, tem, por exemplo, antecedentes na historiografia senhorial que se desenvolve

no Portugal no século XV, quando as grandes casas nobres concluem que seria de bom aviso não apenas os monarcas registrarem suas glórias, apenas ao acaso mencionando-os como coadjuvantes, e passam também elas a empregar cronistas para perpetuar a sua versão dos acontecimentos. A *Crônica do Condestabre Nuno Álvares Pereira* exemplifica este fenômeno⁴⁴, mas não somente ela, e mesmo um cronista-mor como Gomes Eanes de Zurara pode ser considerado não exatamente um historiador do reino, como leva a crer seu cargo, mas sim de seu patrono D. Henrique e depois de outros nobres a quem serviu⁴⁵. Além do mais, no próprio estilo de Duarte de Albuquerque Coelho, Manuel Calado e Rafael de Jesus, nas escolhas que fazem para dar vivacidade aos episódios e “compor o drama”, se flagram antecedentes. Em Calado, a leitura depara cá e acolá a “reconstrução” de diálogos e discursos dos personagens. Descreve ele, a certa altura, a ida ao Recife nassoviano, debaixo de tréguas, dos capitães Pedro Correa da Gama e Paulo da Cunha. O Conde de Nassau os recebe e, depois das saudações de praxe, sentam-se para um jantar no qual se trava curiosa conversa:

No meio do comer disse o Cõde de Nasao ao Capitão Paulo da Cunha, por modo de riso, passatempo, & graça. *He possível, senhor Capitão, q se atreueo vossa merce a prometer dous mil cruzados de premio a quem lhe desse a minha cabeça, ou me matasse?* Ao que o Capitão respondeo. *Vossa Excellencia se espanta de prometer eu dous mil cruzados a quem o matasse; e vejo que não se espanta de si mesmo, em haver prometido quinhentos florins a quem me matasse a mi (...). E mais me admira o ver que, sendo eu hum Capitão del Rey de Portugal, & nobre por geração, me estimasse V. Excellencia em tão pouco, q quizesse comprar minha vida por tão baixo preço, como são quinhentos florins, que tantos, & mais topo eu em uma mão aos dados, & se eu fora Conde de Nasao, como V. Excellencia o he, & V. Excellencia fora Paulo da Cunha, & eu o tivesse por meu inimigo capital, dera eu toda a renda de meu condado a quem matasse meu inimigo, por me ver livre dele.*

Palavra sem dúvida atrevida em um convidado, mas que Nassau não tomou a mal. “O príncipe João Mauricio”, termina Calado, “recebeo a resposta com alegre semblante, & por modo de entretenimento, & fez a Paulo da Cunha hum brinde à saude de Sua Magestade El Rey Dom João⁴⁶”. O frade era, também ele, assíduo à mesa do Conde e estava presente ao banquete, embora em outros trechos recrie conversas que não presenciou. Mesmo nesse caso, porém, a reconstrução das falas, bem pesadas, equilibradas no desenvolvimento dos ditos, antes se assemelham a recriações literárias tucidideanas, como aquelas que encontramos em Fernão Lopes, pródigo no uso dos discursos diretos e indiretos⁴⁷, e em outros autores.

Temos, dessa forma, que eram múltiplos e numerosos os trânsitos da carreira do Atlântico: por suas águas não se transportavam apenas açúcares e especiarias, mas também

saberes. Não é o caso, naturalmente, de falarmos em um transplante integral e ileso, porque, como é notório, o projeto duartino da *Nova Lusitânia*, de um Portugal redivivo nos trópicos, nunca se efetivou. Tampouco era o trânsito de mão única, não sendo demais recordar que Rafael de Jesus recolheu os escritos americanos e produziu uma obra sobre o tema, estampando no assunto o peso de seu renome, o que lhe infundia certo ar oficial. Qualquer que fosse a direção, o certo é que os trânsitos modificavam os transitados. No caso específico das narrativas portuguesas da presença neerlandesa, como foi dito, muito embora se inspirassem seus autores em tradições historiográficas longevas, é inegável que seu desafio era em certa medida descrever o inédito, porque guerras como aquelas, naquelas latitudes, naquelas geografias, nunca foram vistas. Coelho, Calado, Santiago e seus confrades, se se valeram das formas tradicionais de dizer, viram-se forçados a adequá-las às questões próprias com que lidavam, a calibrar os instrumentos de que se serviam para contar o novo e, contando-o, imortalizá-lo. Não inauguram, com isso, uma “historiografia luso-brasileira”, porque, vale insistir, isso seria introduzir no século XVII concepção de nacionalidade que então não se pensava; mas alargam a historiografia portuguesa, revivem-na nos trópicos, sobre os trópicos, e nesse alargamento a enriquecem.

Referências

ARAÚJO, Valdei L. de; GIANEZ, Bruno. *A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes*. Fenix: Rev. de História e Estudos Culturais, junho de 2006, vol. 3, ano 3, n. 2.

BARROS, João de. *Da Ásia: década terceira*. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1778.

BOMFIM, Manuel. *América Latina: males de origem*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil, volume I*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Sintra: Publicações Europa-América, s/d.

BRANDÃO, Antônio. *Monarchia Lusitana: parte terceira*. Lisboa: Pedro Craesbeeck impressor, 1632.

BRITO, Bernardo de. *Monarchia Lusytana: parte primeira*. Vila de Alcobaça (Portugal): Impressora do mosteiro cisterciense, 1597.

CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.

CARTROGA, Fernando. *Política, história e revolução em Antero de Quental*. Coimbra: Revista de História das Ideias, vol. 13, 1991, pp. 7-55.

- CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queiroz: agitador no Brasil*. Recife: CEPE, 2009.
- CLEMENTINO, Kleber. *Distinção e semelhança: estudo comparativo de duas crônicas das guerras holandesas na América Portuguesa*. Natal (RN): Anais do XVII simpósio nacional de história da Anpuh, 2013.
- D'INCAO, MARIA A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DOSSE, François. *A história*. São Paulo: Unesp, 2012.
- DUARTE, Isabel Margarida. *O relato de discurso na Crônica de D. João I (I parte) de Fernão Lopes*. In: FONSECA, Fernanda Irene et al., *Língua Portuguesa: Estruturas, Usos e Contrastes*. Revista do Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2003, pp. 185-198.
- FALCON, Francisco. *Historiografia portuguesa contemporânea*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, n. 1, 1988, pp. 79-99.
- FRAGOSO, João L. R.; GOUVEIA, Maria de F. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.
- FRIGHETTO, Renan. *Historiografia e poder: o valor da história, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha e de Valério Bierzo (Hispania, século VII)*. Ouro Preto (MG): Revista de História da Historiografia, n. 5, setembro de 2010, pp. 71-84.
- GRAFTON, Anthony. *What was history? The art of history in early modern Europe*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2009.
- HESPANHA, Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal (séc. XVII)*. Lisboa: Almedina, 1994.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JESUS, Rafael de. *Monarchia Lusitana: parte sétima*. Lisboa: Imprensa de Antônio Craesbeeck e Mello, 1683.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- LÍVIO, Tito. *História de Roma, livro I: Monarquia*. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.
- MALEVAL, M. Tavares. *A estória de Dom Nuno Alvares Pereyra ou Coronica do Condestabre*. Florianópolis: Rev. Anpoll (Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Letras e Linguística - UFSC), Série Estudos Medievais 3: fontes e edições, pp. 111-139.

MELLO, Evaldo C. de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração Pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife: 1954.

_____. *Estudos pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1986.

_____. *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

MENESES, Felipe Ribeiro de. *Salazar: biografia definitiva*. São Paulo: Leya, 2011.

MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

OLIVEIRA, Antônio de. *D. Francisco Manuel de Melo, historiador*. Península, revista de estudos ibéricos, n. 6, 2009, pp. 17-60.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil, volume III*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

PRADO, M. Emilia. *Leituras da colonização portuguesa no Brasil*. Revista Intellectus, ano 5, vol. I, 2006.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil, volume II*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

PRATA, Manuel Alberto Carvalho. *Algumas notas sobre a produção científica na Faculdade de Filosofia (1772-1820)*. Coimbra: Revista de História das ideias, vol. 12, 1990, pp. 73-88.

SALVADOR, Manuel Calado do. *O valeroso Lucideno e triumpho da liberdade*. Lisboa: Paulo Craesbeeck editor, 1648.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2004.

SARAIVA, José Antônio; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Santos (SP): Livraria Martins Fontes, s/d.

CAMENIETZKI, C. Ziller. *Esboço biográfico de Valentin Stansel (1621-1705), matemático jesuíta e missionário na Bahia*. Feira de Santana: Revista Ideação, n. 3, jan-jun. 1999, pp. 159-182;

_____. *O cometa, o pregador e o cientista: Antônio Vieira e Valentin Stansel observam o céu da Bahia no século XVII*. Revista da SBHC, n. 14, 1995, pp. 37-52.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Bolsista CAPES. Orientadora: Prof^a Dra. Marília de Azambuja Ribeiro.

² Como faziam os salazaristas, promovendo o conceito freyreano do *Lusotropicalismo* como discurso justificador da colonização portuguesa. Ver, por exemplo, MENESES, Felipe Ribeiro de. *Salazar: biografia definitiva*. São Paulo: Leya, 2011, pp. 398-399.

³ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil, volume III*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. Para interpretações sobre a obra de Caio Prado Jr., ver D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Brasiliense; UNESP, 1989. CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.

⁴ BOMFIM, Manuel. *América Latina: males de origem*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil, volume I*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

⁵ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil, volume II*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. Para interpretação de sua contribuição, ver: PRADO, Maria E. *Leituras da colonização portuguesa no Brasil*. Revista *Intellectus*, ano 5, vol I, 2006.

⁶ FALCON, Francisco. *Historiografia portuguesa contemporânea*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricas, n. 1, 1988, pp. 79-99. SARAIVA, José Antônio; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Santos (SP): Livraria Martins Fontes, s/d. FERREIRA, Juliana Casarotti. *Eça de Queirós: um gênio da literatura mundial*. Presidente Venceslau (SP): Revista Saber Acadêmico (UNESP), N. 7, 2009, pp. 110-122. CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queiroz: agitador no Brasil*. Recife: CEPE, 2009. CARTROGA, Fernando. *Política, história e revolução em Antero de Quental*. Coimbra: Revista de História das Ideias, vol. 13, 1991, pp. 7-55. Não será ocioso recordar que, ainda em 1830, Almeida Garrett daria a uma de suas obras o título sugestivo de *Portugal na balança da Europa: do que tem sido e do que hora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*. No mais, a literatura sobre o tema é vasta, não cabendo sua enumeração nos limites aqui propostos.

⁷ FRAGOSO, João L. Ribeiro; GOUVEIA, M. de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. HESPANHA, Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal (séc. XVII)*. Lisboa: Almedina, 1994.

⁸ Longe de esgotar o que se tem produzido, desde décadas, sobre o assunto, refiro alguns exemplo. FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957. KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. PRATA, Manuel Alberto Carvalho. *Algumas notas sobre a produção científica na Faculdade de Filosofia (1772-1820)*. Coimbra: Revista de História das ideias, vol. 12, 1990, pp. 73-88. Investigações têm demonstrado que Portugal e Espanha não se mostravam totalmente alheio à revisão da abordagem escolástico-aristotélica então empreendida a leste dos Pireneus. Para o século XVII, além de textos sobre a imprensa periódica e sobre obras de estratégia militar, sobressaem os interessantes artigos do professor Carlos Ziller, entre os quais CAMENIETZKI, C. Ziller. *Esboço biográfico de Valentin Stansel (1621-1705), matemático jesuíta e missionário na Bahia*. Feira de Santana: Revista Ideação, n. 3, jan-jun. 1999, pp. 159-182; e também CAMENIETZKI, C. Ziller. *O cometa, o pregador e o cientista: Antônio Vieira e Valentin Stansel observam o céu da Bahia no século XVII*. Revista da SBHC, n. 14, 1995, pp. 37-52, nos quais revela que, no interior da ordem jesuítica, se debatiam avançados problemas científicos de matemática e de ótica.

⁹ FRIGHETTO, Renan. *Historiografia e poder: o valor da história, segundo o pensamento de Isidoro de Sevilha e de Valério Bierzo (Hispania, século VII)*. Ouro Preto (MG): Revista de História da Historiografia, n. 5, setembro de 2010, pp. 71-84. Em seu *Etymologiarum libri XX*, Isidoro se inscreve numa tradição ciceroniana que “priorizava a forma retórica de apresentação e difusão do conhecimento histórico”, perspectiva que, como veremos, jamais desaparecerá completamente da cronística ibérica. *Op. cit.*, p. 74.

¹⁰ SARAIVA e LOPES. *Op. cit.*, p. 75. Os autores, listando as obras do período que sobreviveram, datam da década de 1340 este “surto”, em Portugal, atribuindo a autoria das principais obras (a *Crônica Geral de 1344* e os *Livros das Linhagens*) a D. Pedro, conde de Barcelos, filho de D. Dinis e bisneto de Afonso X. Temos, porém, uma historiografia que não obedece a fronteiras nacionais, emergindo antes de um fundo de cultura compartilhada, comum, ibérica.

¹¹ Um exemplo disso se encontra na *Crônica Geral de Espanha*, redigida sob os auspícios de Afonso X, e nos *Livros de Linhagens*, atribuídos ao Conde de Barcelos e frutos daquela senda historiográfica afonsina. Nele predomina não uma história de sucessos locais, mas uma visão universalista, “certamente relacionada com o título de imperador, que se arrogava”. SARAIVA e LOPES, *Op. cit.*, p. 86.

¹² SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco*. Recife: CEPE, 2004. A obra, escrita depois de 1654 e publicada apenas no século XIX, existe em manuscrito anônimo na Biblioteca Municipal do Porto, e tem a autoria atribuída a Santiago. O autor, nas citações, revela sua erudição e sua leitura dos latinos clássicos e modernos. Chega ao ponto de justificar as ações de Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, comparando-as às de

Pânfilo de Narvaez, segundo “escreve o padre Francisco Lopes de Gomara, na história das Índias Ocidentais, e Antônio Herrera, nas suas Décadas Oceânicas” (p. 481). O exemplo, contudo, constitui exceção, pois, nos autores do século XVII mencionados, são raras as referências diretas à bibliografia histórica ibérica.

¹³ SALVADOR, Manuel Calado do. *O valeroso Lucideno e triumpho da liberdade*. Lisboa: Paulo Craesbeeck editor, 1648, pp. 277 e ss.

¹⁴ SANTIAGO, *Op. cit.* MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1986, p. 118.

¹⁵ MELLO, *Op. cit.*, p. 133.

¹⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife: 1954, p. 22.

¹⁷ O gramático e dicionarista Antônio Houaiss define o substantivo “plágio” e o verbo “plagiar” como a “apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual, etc. produzido por outrem”. Acrescenta que o termo deriva etimologicamente do latim *plagium*, vocábulo por sua vez oriundo do grego, detendo originalmente o sentido de “oblíquo”, “que não está em linha reta” e alargando-se, mais tarde, para abranger a ideia genérica de “emprego de meios oblíquos” e mesmo de “roubo de uma pessoa”. Com o cunho moderno, os primeiros registros do emprego do termo datam do século XVIII. HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2232.

¹⁸ VITORINO, Julio Cesar. *Introdução*. In: LÍVIO, Tito. *História de Roma, livro I: Monarquia*. Belo Horizonte: Crisálida, 2008, pp. 10-14. Na ótica de Lívio, “o historiador é um cidadão, ele se preocupa em realçar a dignidade do seu povo, mantendo laços afetivos muito profundos com o passado dos seus antecessores, entendido dentro de sua própria tradição, que ele repete e renova, dando-lhe sustentação. O autor procura no passado os modelos do que se deve ou não fazer; interessa-lhe (sic) as lições e as mensagens do passado”.

¹⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração Pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 64. “Histórias acabadas”, cumpre advertir, em contraste com escritos que descreviam apenas parcialmente os episódios, como *O valeroso Lucideno*, cuja narração se encerra em 1646.

²⁰ SARAIVA & LOPES, *Op. cit.*, p. 123 e ss.

²¹ JESUS, Rafael de. *Monarchia Lusitana: parte sétima*. Lisboa: Impressão de Antônio Craesbeeck de Mello, 1683, p. 4 (prólogo).

²² CLEMENTINO, Kleber. *Distinção e semelhança: estudo comparativo de duas crônicas das guerras holandesas na América Portuguesa*. Natal (RN): Anais do XVII simpósio nacional de história da Anpuh, 2013. Num caso raro, Santiago chega a recusar-se a transcrever um milagre mencionado por Calado durante o assédio a uma fortaleza nas proximidades do Rio São Francisco, acrescentando que aquele frade, no seu *Lucideno*, “outras cousas escreve acerca da entrega desta fortaleza, que é necessário passar em silêncio, porque há muito que duvidar nelas”. SANTIAGO. *Op. cit.*, p. 283 e ss. CALADO, *Op. cit.*, p. 261.

²³ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias de la guerra del Brasil por discurso de nueve años, empezando desde el de M.DC.XXX*. Madri: Diego Diaz de la Carrera, impresor del Reyno, 1654.

²⁴ Idem, prólogo (sem paginação).

²⁵ SANTIAGO, *Op. cit.*, p. 10.

²⁶ MELLO, José A. Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p. 299.

²⁷ DOSSE, François. *A história*. São Paulo: Unesp, 2012, p. 95.

²⁸ Idem, pp. 95-96.

²⁹ LIVIO, Tito. *Op. Cit.*, pp. 34-35.

³⁰ DOSSE, François. *Op. cit.*, pp. 101-111. Ver também BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Sintra: Publicações Europa-América, s/d, pp. 28-33. Esses autores, sem negar sua filiação à tradição retórica da Antiguidade, indicam que Froissart era cuidadoso na investigação e na compilação, ao mesmo tempo praticando “com talento o inquérito oral” (Idem, p. 29).

³¹ LOPES & SARAIVA, *Op. cit.*, p. 142.

³² Idem, pp. 295-296. O “príncipe caolho” a que se referem os autores é Felipe da Macedônia e Barros alude à anedota no prólogo da “Década Terceira”. BARROS, João de. *Da Ásia: década terceira*. Lisboa: Régia Officina Typografica, 1778, prólogo sem paginação.

³³ BARROS, *Op. cit.*, prólogo sem paginação.

³⁴ Idem, Prólogo sem paginação.

³⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa, vol. I*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972, p. 219-224

- ³⁶ BRITO, Bernardo de. *Monarchia Lusytana: parte primeira*. Alcobça (Portugal): Impressora do mosteiro cisterciense, 1597 p. 3 (prólogo).
- ³⁷ SERRÃO, Joaquim V. *A historiografia portuguesa, vol. II*. Lisboa: Editorial Verbo, 1973, pp. 46-50.
- ³⁸ BRANDÃO, Antônio. *Monarchia Lusitana: parte terceira*. Lisboa: Pedro Craesbeeck impressor, 1632, p. 3.
- ³⁹ Idem, *ibidem*.
- ⁴⁰ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004
- ⁴¹ *Apud* SERRÃO, Joaquim V. *A historiografia portuguesa, vol. II*. Lisboa: Editorial Verbo, 1973, pp. 171-173. Sobre a contribuição de Melo, ver também OLIVEIRA, Antônio de. *D. Francisco Manuel de Melo, historiador*. Península, revista de estudos ibéricos, n. 6, 2009, pp. 17-60.
- ⁴² LOPES & SARAIVA, *Op. cit.*, p. 589. Ver também: MOMIGLIANO, *Op. cit.* GRAFTON, A. *What was history? The art of history in early modern Europe*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2009.
- ⁴³ ARAÚJO, Valdeí L. de; GIANEZ, B. *A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes*. Fenix: Revista de História e Estudos Culturais, abril/maio/junho de 2006, vol. 3, ano 3, n. 2 (consulta à versão digital).
- ⁴⁴ MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *A estória de Dom Nuno Alvares Pereyra ou Coronica do Condestabre*. Florianópolis: Revista da Anpoll (Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Letras e Linguística), UFSC, Série Estudos Medievais 3: fontes e edições, pp. 111-139.
- ⁴⁵ LOPES & SARAIVA, *Op. cit.*, p. 146.
- ⁴⁶ CALADO, *Op. cit.*, pp. 116-117. Os grifos são do autor, na edição original.
- ⁴⁷ DUARTE, Isabel Margarida. *O relato de discurso na Crônica de D. João I (I parte) de Fernão Lopes*. In: FONSECA, Fernanda Irene *et al.*, *Língua Portuguesa: Estruturas, Usos e Contrastes*. Revista do Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2003, pp. 185-198 (consulta em formato digital).